

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.609 - PR (2020/0257485-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : T C L
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE DE MATTOS SABINO - PR036546
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : C A C
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ GONÇALVES SALVADOR - PR014204

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por T C L contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL 01 E 02 AÇÃO DE
REPRESENTAÇÃO POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA
– SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA
ANÁLISE DOS APELOS DE FORMA CONJUNTA
PRELIMINAR – ALEGAÇÃO DE PERDA DO OBJETO –
ACORDO FIRMADO ENTRE A ADOLESCENTE E OS
REPRESENTADOS EM AÇÃO DE REPARAÇÃO POR
DANOS MORAIS COM ANUÊNCIA DO MINISTÉRIO
PÚBLICO – ESFERAS INDEPENDENTES – APURAÇÃO
DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA QUE NÃO ADMITE
TRANSAÇÃO – NATUREZA DOIS DIREITOS
PRESERVADOS PELOS ESTATUTO DE IMAGEM DA
ADOLESCENTE VINCULADA À PRÁTICA CRIMINOSA
QUE CONFIGURA A INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA
PREVISTA NO ARTIGO 247 DO ECA –
RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO VEÍCULO DE
INFORMAÇÃO E PROFISSIONAIS ATUANTES
REDUÇÃO DA MULTA – FIXAÇÃO ESCORREITA –
PARÂMETROS LEGAIS – PECULIARIDADES DO CASO
RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO 1
“VERIFICADA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA QUE
RECAIA SOB O IMPÉRIO DO ESTATUTO DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE NÃO SE COGITA DE DOLO OU
CULPA PORQUE AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS
ESTÃO INFORMADAS PELO SEU CARÁTER
OBJETIVO” (TJPR 12 CCÍVEL AC 5150534 TERRA ROXA
REL JOSÉ CICHOCKI NETO UNÂNIME J 20102010) 2
RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação dos arts. 186 e 187 do Código Civil, no que concerne à ausência de culpa e à existência de erro essencial e escusável acerca da natureza dos fatos que ensejaram a condenação da recorrente, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

No caso, a Recorrente incontroversamente baseou sua reportagem nas imagens e dados fornecidos exclusivamente pela Polícia (detentora de fé pública), o que lhe fez acreditar que os fatos eram verídicos e poderiam ser veiculados!

Diante disso, mesmo sendo errôneas as informações apresentadas pela Autoridade Policial (veiculadas na reportagem), não se pode condenar a Recorrente em razão desta ter incidido em erro essencial e escusável acerca do objeto retratado.

Ora, o erro corresponde a uma falsa percepção da realidade, de forma que a ação/omissão do agente que se manifesta em consequência do erro (ou ignorância) é totalmente viciada e elide sua "culpa", especialmente quando tal "erro" é ocasionado pela ação de policiais dotados de fé pública! (fls. 592/593).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

A questão dos autos foi apreciada à luz da legislação especial aplicável à espécie, tal seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois trata de veiculação de imagem de adolescente em programa de televisão, vinculando-a a suposta prática de ato infracional. Ademais, as peculiaridades do caso foram observadas, com destaque a tese de defesa de que a fotografia veiculada foi fornecida pela autoridade policial. Todavia, concluiu-se que esta circunstância não possui o condão de afastar a responsabilidade, que no caso é objetiva, conforme orientação jurisprudencial específica destacada nos fundamentos do voto proferido.

Dai se concluir que não há vício a ser sanado, nem ofensa aos dispositivos legais previstos na legislação civil (artigos 186 e 187) e Constituição Federal (artigos 5º, incisos IV, IX e XIV, e, 220, caput e §1º), tendo em vista a especificidade do caso, em que a proteção aos direitos da criança e adolescente deve prevalecer (fl. 570).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação,

Superior Tribunal de Justiça

por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente